

Dançando com a mentira | Erotização e folclorização *à la carte*.

Existe uma ideia persistente, construída durante séculos pelo imaginário colonial europeu, segundo a qual África é um território imóvel no tempo, associado ao primitivo, ao exótico e ao instintivo, tendo a dança desempenhado um papel central. Dos relatos de exploradores aos espectáculos etnográficos do século XIX, passando pelas exposições coloniais e pela indústria do turismo contemporâneo, o corpo africano foi sendo apresentado como corpo de espectáculo, frequentemente erotizado e sempre disponível para consumo desse olhar exterior.

Partindo do princípio de que o erotismo não é uma categoria universal, o que é lido como sensual ou sexual depende de sistemas culturais, morais e religiosos endógenos. A antropologia mostra que o significado do corpo e do movimento varia de forma considerável entre enquadramentos sociais. Um movimento pélvico pode ser interpretado como sedutor num contexto europeu e como simples gesto técnico, ritual ou comunitário noutros contextos. O sentido não estará no movimento em si, mas na leitura cultural e social que dele se faz.

Todavia, mais preocupante do que o olhar estrangeiro é a forma como este olhar é adoptado e reproduzido internamente, participando activamente no processo de transformação das nossas danças num verdadeiro *porno-folclore* (perdoe-se-me o neologismo): um modelo de representação cultural construído para corresponder às expectativas do olhar ocidental, mas igualmente acolhido localmente, onde a objectificação do corpo (principalmente o feminino) é crescente. Muitos grupos culturais angolanos apresentam espectáculos que adulteram ou inventam características supostamente “africanas”, recorrendo à hipersexualização dos movimentos, à exposição gratuita do corpo e também a pinturas faciais ou corporais, penas, peles, palhas, bem como outros adereços importados de outras realidades e que pouco ou nada se identificam com as práticas observadas nas nossas comunidades.

O resultado desta prática é a substituição do conhecimento pela encenação. Em vez de se estudarem as tradições coreográficas, as funções sociais, cerimoniais, festivas ou religiosas das danças, inventam-se rituais e fabrica-se uma africanidade estereotipada. Reduzidas a versões exóticas ou sensuais (ou carnavalescas), as danças patrimoniais vão perdendo a sua consistência histórica e cultural, quando sabemos que o seu valor artístico não depende da sua erotização ou de uma suposta primitivização imaginada, mas da complexidade rítmica, da relação entre música e movimento, das funções sociais que desempenham e da diversidade cultural que as atravessa.

Como se pode perceber não cabe, neste cenário, qualquer preocupação em preservar o património, mas sim de fabricar uma África facilmente reconhecível através de um estereótipo construído, situação que nos coloca perante um verdadeiro contrassenso; apesar de Angola ser um Estado independente há cinquenta anos, com uma sociedade urbana complexa, universidades, escritores, engenheiros, artistas contemporâneos e investigadores, insistimos em apresentar-nos através de uma estética que nos reduz à figura do “eterno indígena”.

Mas essa lógica manifesta-se, igualmente, na institucionalização das chamadas “sextas-feiras africanas” em escolas, universidades ou empresas, levando-nos a questionar qual o sentido de, num país africano e soberano, se reservar um dia para as pessoas se vestirem “à africana” (o que quer que isto signifique em termos de autenticidade). Como se a

africanidade fosse um disfarce ocasional e não uma condição vivida quotidianamente. Será necessário relembrar que somos africanos independentes e que não precisamos de um dia para lembrar o que somos?

O turismo de circunstância, por sua vez, também alimenta este ciclo. Em poucas horas, os visitantes chegam, assistem a um espectáculo cuidadosamente encenado para confirmar e satisfazer expectativas prévias, percorrem espaços de pobreza cuidadosamente enquadrados na narrativa do exótico, fotografam, deixam gorjetas e regressam ao navio cruzeiro. Partem pelo mesmo mar que um dia trouxe os seus antepassados, convencidos de que conheceram “a verdadeira África”, sem perceberem que participaram numa farsa construída para os receber.

Enquanto persistirmos em representar caricaturas de nós próprios para corresponder a olhares viciados (internos e externos), estaremos a prolongar uma narrativa colonial que continua a definir-nos a partir dos seus próprios estereótipos. A verdadeira descolonização da cultura (e da dança em particular), bem como a sua preservação, passam pelo conhecimento: investigação rigorosa das tradições coreográficas e musicais, documentação do património e formação crítica capaz de distinguir herança cultural de reinvenção comercial. Só conhecendo o que somos, deixaremos de sentir a necessidade de representar a África que os outros esperam encontrar e que, infelizmente, também nos habituámos a consumir sem questionar.

É urgente deixarmos de inventar tradições que nunca existiram e de falsificar danças que nunca dançámos, cobertos com panos que nunca escolhemos. Uma identidade encenada nunca poderá ser validada como real; não é repositório de memória nem sustentáculo de futuro, sobretudo quando reduz corpos e gestos a símbolos de exotismo, esvaziando-os da sua dignidade e da sua dimensão social.

Ana Clara Guerra-Marques

Luanda, 24 de Julho de 2026



Imagem 1: *O exótico estereotipado sem qualquer correspondência com as práticas comunitárias angolanas*



Imagem 2: *A sobriedade e genuinidade de uma dança mucubal do sul de Angola.*